



Anais da Assembléia

Nº 112

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 14 DE SETEMBRO DE 1994

ANO XX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI

Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO

1º Vice-Presidente - PTB

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO

2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY

1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO

2º Secretário - PP

BASÍLIO ZANUSSO

3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI

4º Secretário - PSDB

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado NELSON GARCIA
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado HEINZ GEORG HERWIG
PT	Deputado OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kiesel Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - José Afonso Júnior - José Durval Mattos do Amaral - José Tavares da Silva Neto - Luiz Carlos Cafo Quintana; **Suplentes:** Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 11:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli - Duílio Genari; **PFL - 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Ruppe Filho; **PDT - 07:** Algaci Ornário Túlio - Emilia de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Alcides Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Luiz Rossoni; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mário Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PSDB - 03:** Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig - Cezar Augusto Carollo Silvestri; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PTB - 12:** Erondy Silvério - Anibal Khury - Ademar Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Hermas Eurides Brandão - Luiz Antonio Setti - Nilton César Servo; **Suplente:** Geraldo Atsumi Yamada; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Pérides de H. Mello; **PL - 01:** José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha.

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 85.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 14 DE SETEMBRO DE 1994

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessutti, secretariada pelos Senhores Deputados Antonio Costenaro Neto e Luiz Carlos Alborghetti.

As nove horas e trinta minutos, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Basílio Zamusso, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Antonio Costenaro Neto, Arlindo Troian, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Servo, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (31). Ausentes os seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Dirceu Manfrinato, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Caíto Quintana, Carlos Simões, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Ernani Puddell, Erondy Silvério, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Afonso Júnior, José Arthur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin e Nilton Barbosa (29). Em licença o Sr. Deputado Cezar Silvestri e a Sra. Deputada Emilia Belinati (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2092

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão na Ordem do Dia da presente sessão, dos Projetos de Lei nºs 196 e 233/94, por já estarem em Regime de Urgência há mais de 48 horas.

Sala das Sessões, em 14.09.94
(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 2172

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, destaque para votação das Proposições nº 308, 221 e 316/94.

Sala das Sessões, em 14.09.94
(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO Nº 2173

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações, pelo 50º Aniversário da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Sr. José Carlos Tibúrcio, Rua dos Funcionários, 1559 - Juvevê, 80.035-050-Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 14.09.94
(a) ORLANDO PESSUTI

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 328/94

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Centro Social e Educacional Aldeia Infantil BETESDA, com sede e foro na cidade de Toledo, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 14.09.94
(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 21 de janeiro de 1968, com Estatutos devidamente registrado sob nº 231 em 16.01.73 - Registro Títulos e Documentos - 1º Ofício em Toledo, a entidade Centro Social e Educacional Aldeia Infantil BETESDA desde a sua fundação vem desenvolvendo suas atividades, prestando atendimento assistencial, educacional e de formação Pré-Profissionalizante às crianças, adolescentes e jovens, abrangendo serviços de creche com regime semi-internato, instrução pre-escolar e formação profissionalizante. Uma entidade sem fins lucrativos, de cunho assistencial e educacional.

Solicitamos apoio aos nobres Deputados para aprovar o presente Projeto de Lei.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não

hã oradores para o Pequeno nem Grande Expediente, passaremos ao Horário das Lideranças. Com a palavra: PDT, PMDB, PSDB, PL, PTB, PFL, PP, Liderança do Governo PT. **(Todos declinam).**

Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 31 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, farei imediatamente por escrito um requerimento de destaque de votação para os itens 01, 02, e 13 da pauta. Já entregarei por escrito para V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Requerimento nº 2172 do Deputado Florivaldo Fier, pede destaque de votação para os Projetos 308, 221 e 316/94. **Aprovado.**

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 308/94, que objetiva reajustar, a partir de 1º de Setembro de 1994, na forma das tabelas que integram, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis e militares ativos e inativos e os salários do pessoal contratado nos termos da Lei nº 9.198, de 18 de janeiro de 1990, da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo, e dá outras providências. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 106, de 30.08.94)

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 221/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 053/94, fica instituído o Conselho Estadual de Saúde do Paraná, a que se refere o Art. 169, inciso III, da Constituição Estadual. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.P.. **APRECIAR NESTE TURNO AS EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO.**

Neste turno iremos apreciar apenas as emendas aprovadas em 2ª Discussão.

Lembrando que a Emenda 01 trata-se de emenda Substitutiva Geral aos Projetos 221 e 121/94 e a Emenda nº 02 Deputado Toti Colaço acresce dispositivos ao Artigo 3º, com o seguinte dizer: 1 - representando a Associação dos Municípios do Paraná.

Está em discussão o Substitutivo e a Emenda. Está em votação o Substitutivo ressalvada a Emenda. **Aprovado o Substitutivo.**

Os Srs. Deputados que aprovam a Emenda permaneçam como estão. Para encaminhar, com a palavra o Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, o parecer dado por este Deputado na data de ontem é de votar contrário à Emenda e aprovar o Substitutivo.

Então, solicitamos dos Srs. Deputados que votem contrário, inclusive por atender ao acordo feito junto ao Governo e a Secretaria do Estado da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação a Emenda nº 02.

Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Rejeitada.**

O Projeto irá à Redação Final na Sessão Extraordinária logo a seguir.

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 316/94, autoria do Tribunal de Contas do Estado, reajusta os níveis de vencimentos dos membros do Corpo Especial e da Procuradoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a partir de 1º de setembro de 1994. **PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. Aprovado.**

Passaremos ao restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 196/94, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Horácio Klabin. **SEM PARECER.** (Publ. no D.A. nº 67, de 30.05.94)

Tendo em vista a decisão da última segunda-feira e terça-feira, este projeto será relatado em Comissão Geral de Plenário. Designo o Deputado Lourenço Fregonese para que, em Comissão Geral de Plenário, proceda o relatório do Projeto nº 196/94.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Senhor Presidente, nobres Deputados, vindo a opinar, não temos nada contra e acrescentamos a feliz iniciativa do Deputado Geraldo Cartário a este homem que só bem fez ao Paraná.

Parabéns ao Deputado Cartário.
Meu parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em discussão o parecer.
Em votação. **Aprovado.**
Em discussão o projeto.
Em votação. **Aprovado.**

ITEM 04

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 197/94, de autoria do Deputado Carlos Simões, que autoriza o Poder Executivo a doar área de propriedade do Governo do Estado à Prefeitura Municipal de São João do Triunfo. COM PARECERES da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 67, de 30.05.94.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 197/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Carlos Simões, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a doar área (descrita no projeto de lei incluso) de propriedade do Governo do Estado à Prefeitura Municipal de São João do Triunfo.

A medida proposta para a sobredita doação é da competência desta augusta Assembleia Legislativa, com a sanção do Senhor Governador, conforme o estabelecido no art. 53, inciso XIV, da Magna Carta Estadual.

A doação do terreno em questão irá atender reivindicação da comunidade e no local se construirá a nova sede municipal, já que a antiga encontra-se inadequada, com sérias avarias em sua estrutura, não fornecendo segurança. O terreno, objeto de pretendida doação encontra-se desocupado, e nele já existe edificação, que era usada como Hospital e Maternidade.

A feitura da medida aqui proposta beneficiará a comunidade local, já que esta terá sua Prefeitura instalada em um prédio maior e melhor adequado a prestação dos serviços administrativos por ela prestados. Bem, como igualmente beneficiará o próprio Poder Executivo, já que não dispõdo o município de verba para a construção de nova sede, não lhe restaria outro caminho senão o de pedir empréstimo a ele.

Com a doação deste imóvel, aplacará em muito as despesas municipais.

Nestas condições, é o nosso parecer favorável.

Sala das Comissões, em 16.08.94.
(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
ARLINDO TROIAN - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 197/94

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Carlos Simões, chega a esta Comissão o projeto de lei supra marginado, que autoriza o Poder Executivo a doar área de propriedade do Governo do Estado à Prefeitura Municipal de São João do Triunfo e dá outras providências.

O referido projeto recebeu pareceres favoráveis nas diversas comissões técnicas

por onde passou.

Dentro dos limites regimentais desta Comissão, o mesmo não incorre em qualquer óbice para sua aprovação, já que beneficiará a comunidade de São João do Triunfo com um novo prédio para sua Prefeitura, que assim poderá prestar mais adequadamente seus serviços à população daquela cidade.

Nestas condições, opinamos favoravelmente a aprovação do presente.

É o parecer!

Sala das Comissões, em 30.08.94.
(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente
ELIO RUSCH - Relator

ITEM 05

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 200/94, de autoria do Deputado Carlos Simões, que declara de Utilidade Pública a Associação para o menor, com sede e foro no Município de São João do Triunfo. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 70, de 06.06.94)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 200/94

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Carlos Simões, o Projeto de Lei n° 200/94, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação para o Menor, com sede e foro no Município de São João do Triunfo.

Da análise do referido projeto em razão do mesmo atender às exigências da Lei n° 6.994/78, opinamos favoravelmente.

Sala das Comissões, em 30.08.94.
(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
JOSÉ ARTHUR RITTI - Relator

ITEM 06

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 217/94, de autoria do Deputado Anibal Khury, que concede o Título de Cidadania Honorária do Estado do Paraná ao Senhor Yasuhiro Iwata. SEM PARECERES. (Publ. no D.A. n° 76, de 14.06.94)

Solicito ao Deputado Geraldo Cartário que proceda ao parecer em Comissão Geral de Plenário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Senhor Presidente, analisando o projeto, tenho a relatar que não tenho nada a opor na parte constitucional e sou pelo encaminhamento da aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em discussão o parecer.
Em votação.
Aprovado.
Em discussão o projeto.
Em votação.
Aprovado.

ITEM 07

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 233/94, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Doutor Amorin Pedrosa Moleirinho. SEM PARECER. (Publ. no D.A. n° 80, de 20.06.94)

Solicito ao Deputado Júlio Bifon que, em Comissão Geral de Plenário, nos ofereça o parecer.

O SR. JULIO BIFON - O Projeto n° 233/94 concede o Título de Cidadão Honorário ao Dr. Amorin Pedrosa Moleirinho. Não tenho nada a opor, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em discussão o parecer.
Em votação.
Aprovado.
Em discussão o projeto.
Em votação. **Aprovado.**

ITEM 08

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 259/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 073/94, que autoriza o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao Município de Cornélio Procopio, o imóvel de propriedade do Estado, com as divisas, confrontações e finalidades que especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 86, de 29.06.94, Mens)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 259/94

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei n° 259/94, de autoria do Poder Executivo, encaminhado através da Mensagem Governamental n° 073/94, objetiva autorizar o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita ao Município de Cornélio Procopio, o imóvel de propriedade do Estado, com as divisas, confrontações e finalidades que especifica.

Analisando sob o crivo desta douta Comissão de Constituição e Justiça, nada encontramos que obste a regular tramitação do presente, estando portanto, regimental, legal e constitucionalmente correto.

Somos de parecer favorável à sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 16.08.94.
(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
NELSON GARCIA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 259/94

P A R E C E R:

Analisando o projeto de lei em questão, de autoria do Poder Executivo, não encontramos nada que pudesse obstar sua normal tramitação, dentro do processo regimental desta Casa de Leis.

Recebe, portanto, desta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações o parecer favorável.

E o relatório.

Sala das Comissões, em 23.08.94
(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente
DOMINGOS CARVALHO - Relator

ITEM 09

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 287/94, de autoria do Deputado José Tavares, que declara de Utilidade Pública a Creche Padre Domingos Rovedatti, com sede e foro no Município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 97, de 15.08.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 287/94

P A R E C E R:

Analisando o projeto de lei em epígrafe, pela documentação acostada ao processo, verifica-se adequar-se a entidade às exigências determinadas pela Lei n° 6.994, de 10.01.78.

Com efeito, se constata que a entidade não tem fins lucrativos, sua diretoria não é remunerada e funciona como entidade filantrópica, prestando assistência à criança.

Isto posto, não encontramos qualquer óbice quanto a sua tramitação regimental até final deliberação pelo duto e soberano Plenário.

Recebe, portanto, desta Comissão de Constituição e Justiça o parecer favorável.

E o relatório.

Sala das Comissões, em 30.08.94.
(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
TOTI COLAÇO - Relator

ITEM 10

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 298/94, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos de Deficientes Visuais ou Deficientes Auditivos, com sede e foro no Município de Cornélio Procopio. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 99, de 17.08.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 298/94

P A R E C E R:

Analisando o projeto de lei em epígrafe, pela documentação acostada ao processo, verifica-se adequar-se a entidade às exigências determinadas pela Lei n° 6.994,

de 10.01.78.

Com efeito, se constata que a entidade não tem fins lucrativos, sua diretoria não é remunerada e funciona como entidade filantrópica de assistência social, técnico-educativa.

Isto posto, não encontramos qualquer óbice quanto a sua tramitação regimental, até final deliberação pelo douto e soberano Plenário.

Recebe, portanto, desta Comissão de Constituição e Justiça o parecer favorável.

E o relatório.

Sala das Sessões, em 30.08.94.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 303/94, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila Lindóia e Região, com sede nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 100, de 22.08.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 303/94

P A R E C E R:

O presente plano de lei em espécie, pretende seja declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila Lindóia e Região, com sede e foro nesta Capital.

Os documentos acostados comprovam, que a Associação de Moradores da Vila Lindóia e Região de Curitiba, é uma sociedade civil sem fins lucrativos e os membros da diretoria não são remunerados.

Cumpra a entidade beneficiada, os requisitos exigidos pela Lei nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, sobretudo, o artigo 1º, incisos I, II, III e IV.

Inexistentes quaisquer óbices constitucionais, legais ou regimentais, somos pela sua aprovação.

E o parecer, s.m.j..

Sala das Comissões, em 30.08.94.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

ALCEU SWAROWSKI - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 314/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem 102/94, que aprova abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 7.793.827,00 (sete milhões, setecentos e noventa e três mil, oitocentos e vinte e sete reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Administração. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO. (Publ. no D.A. nº 108, de 12.09.94).

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI Nº 314/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem nº 102/94, visa aprovar a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 7.793.827,00 ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Administração.

Chamada esta Comissão Geral a opinar, entende que a apresentação da mesma, além de atender despesas com pessoal e de custeio da referida secretaria, não encontra nenhum impedimento de ordem constitucional ou legal.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 14.09.94.

(aa) ORLANDO PESSUTI - Presidente

NELSON GARCIA - Relator

Em discussão.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

No dia de ontem o ex-líder da maioria e do Governo nesta Casa, Deputado Renato Adur, fez com que fosse retirada essa Mensagem do Poder Executivo para um posterior encaminhamento ao Plenário, após ouvidas as lideranças assentadas das bancadas aqui dentro desta Casa. Infelizmente não foi possível, devido aos acontecimentos da reunião de ontem, esse encontro das lideranças.

Não sei quem está no exercício da Liderança do Governo agora, acredito que o Deputado Júlio Bifon, ou o Deputado Annibelli, não sei quem responde hoje pelo Governo nesta Casa, ou realmente não se encontra no Plenário.

Pediria à Mesa Executiva que retirasse da Ordem do Dia, já que a Liderança do Governo aqui não se faz presente, para que nas próximas reuniões, pudéssemos conversar antes, para trazer ao Plenário aquilo que é realmente de interesse do Servidor Público deste Estado e de comum acordo com o Governador do Estado do Paraná.

Acho que o próprio Governo tem interesse de atender o servidor e de dotar o IPE daquilo que realmente ele merece e não seria agora nesta Mensagem que nós estamos testemunhando, que já capenga de muleta, vamos tirar as muletas e derrubar o IPE de um todo.

Então, ficaria nas mãos da Mesa Executiva essa solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Luiz Carlos Zuk, tendo em vista que esse projeto já foi retirado da Sessão de ontem, nós não poderíamos retirá-lo da Sessão de hoje.

Está em votação o Projeto 314/94. **Aprovado.**

O SR. DUÍLIO GENARI - Pedimos Verificação de Votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Os Senhores Deputados que aprovam queiram levantar-se.

Os que rejeitam queiram levantar-se.

Não há quórum para deliberação, nem prosseguimento da Sessão.

ITEM 14

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 021/94, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza a realização de plebiscito para que a população decida sobre a criação do Município de Tupinambá, desmembrado do Município de Astorga. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Em discussão. (Publ. no D.A. n° 86, de 29.06.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 021/94

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Anibal Khury, o Projeto de Resolução n° 021/94, tem por finalidade autorizar a realização de plebiscito para que a população decida sobre a criação do Município de Tupinambá, desmembrado do Município de Astorga - PR.

Da análise do referido projeto, não encontrando nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental, opinamos favoravelmente.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 09.08.94.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
JOÃO IENSEN - Relator

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a mesa, Requerimento n° 2092, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Retirado pelo autor.

Requerimento n° 2173, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - O artigo 54 da Constituição Estadual diz que "compete privativamente à Assembleia Legislativa - Inciso VII: fixar em cada Legislatura para ter vigência na subsequente, a remuneração dos Deputados,..." e assim por diante.

O Regimento Interno também fixa isso e a Constituição brasileira ainda fixa que

deve ser aprovada essa remuneração antes do processo eleitoral. Solicito de Vossa Excelência quando que esta casa vai entrar em discussão sobre a questão da remuneração da próxima Legislatura, uma vez que o processo eleitoral já é no dia 3 de outubro e isso deve ser fixado antes desta data, de acordo com a Constituição Federal. A Estadual não estabelece isso, mas a Federal fixa e o Regimento Interno, para que não votemos em causa própria, "a posteriori".

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência, atende à questão de ordem de Vossa Excelência e tomará as providências no dia de hoje, marcando, se for esse o entendimento, de que temos que votar antes do dia 3 de outubro, para a próxima semana, a votação da fixação dos vencimentos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após o término da presente Sessão, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 221/94.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 196, 217, 233, 259, 287, 298, 303 e 316/94.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 314/94.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 21/94.

Marcando ainda uma Sessão Ordinária para segunda-feira, dia 19 de setembro, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 314/94.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 197 e 200/94 e do Projeto de Resolução n° 21/94.

Levanta-se a sessão.